

Handwritten signatures in blue ink:
Hada
Duniel
Elmy

Associação Comunitária
Nossa Senhora dos Prazeres

RELATÓRIO

E

CONTAS

2025

Thad
Omerind

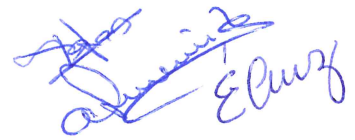
Eduz

Handwritten signature

Índice

Handwritten signature

Balanço.....	5
Demonstração dos Resultados por Natureza.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
1 Identificação da Entidade	11
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	11
3 Principais Políticas Contabilísticas	12
3.1 Bases de Apresentação	12
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	14
4 Ativos fixos tangíveis.....	24
5 Ativos intangíveis.....	26
6 Custos de empréstimos obtidos	26
7 Inventários	27
8 Rendimentos e ganhos	27
9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	28
10 Subsídios e outros apoios das entidade públicas	28
10.1 Subsídios ao Investimento.....	28
10.2 Subsídios à Exploração.....	28
10.3 Acordos de Cooperação.....	29
11 Instrumentos financeiros.....	29
12 Benefícios dos empregados	29
13 Agricultura	30
14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais	30
15 Outras divulgações.....	30
15.1 Investimentos Financeiros	30
15.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	31
15.3 Créditos a receber.....	31
15.4 Outros Ativos Correntes	31
15.5 Diferimentos	31
15.6 Outros Ativos Financeiros.....	31
15.7 Caixa e Depósitos Bancários	332
15.8 Fundos Patrimoniais	32
15.9 Fornecedores	32
15.10 Estado e Outros Entes Públicos	332



15.11 Outros Passivos Correntes.....	33
15.12 Outros Passivos Financeiros	33
15.13 Subsídios, doações e legados à exploração	33
15.14 Fornecimentos e serviços externos	33
15.15 Outros rendimentos.....	34
15.16 Outros gastos.....	34
16.17 Resultados Financeiros	34
16.18 Acontecimentos após data de Balanço	35

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro 2025

BALANÇO

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Associação Comunitária Nossa Senhora dos Prazeres
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 506592154
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	599 469,41	599 020,52
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	15.1	2 607,94	2 607,94
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		602 077,35	601 628,46
Activo corrente			
Inventários	7	1 945,65	2 232,39
Créditos a receber	15.3	27 215,98	30 194,09
Estado e outros entes públicos	15.10	2 986,60	2 379,91
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	15.5	270,60	1 188,87
Outros Devedores e Credores - Corrente	15.4	13 752,45	17 125,22
Caixa e depósitos bancários	15.7	26 502,25	12 076,92
		72 673,53	65 197,40
		674 750,88	666 825,86
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.8	4 325,00	4 325,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transiados	15.8	-364 435,85	-576 044,22
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	15.8	845 617,09	845 617,09
		485 506,24	273 897,87
Resultado líquido do período	15.8	53 150,37	211 608,37
Total dos fundos patrimoniais		538 656,61	-485 506,24
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	15.9	35 666,10	42 717,21
Estado e outros entes públicos	15.10	33 105,27	50 832,60
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Empréstimos bancários - Passivo Corrente	6	964,00	964,00
Diferimentos	15.5	4 438,85	9 398,33
Outros passivos correntes	15.11	61 920,05	77 407,48
		136 094,27	181 319,62
Total do passivo		136 094,27	181 319,62
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		674 750,88	666 825,86

A Direcção
Handwritten signature: Alexandre G. G. Tofado
Handwritten signature: Alexandre Rosário Quintão
Handwritten signature: Faleiro Silva

O responsável
Handwritten signature: Elisavira Aires Ribeiro Cruz
cc 75800

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro 2025

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

POR NATUREZA

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Associação Comunitária Nossa Senhora dos Prazeres
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 506592154

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	751.284,65	726.725,46
Subsídios, doações e legados à exploração	10; 15.13	116.098,19	240.139,71
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-102.197,79	-95.368,67
Fornecimentos e serviços externos	15.14	-127.703,88	-139.888,26
Gastos com o pessoal	12	-549.625,68	-511.386,24
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	15.15	25.028,19	40.211,53
Outros gastos	15.16	-2.136,70	-6.649,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		110.746,98	253.784,03
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-53.137,84	-40.022,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		57.609,14	213.761,19
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	15.17	-4.458,77	-2.152,82
Resultados antes de impostos		53.150,37	211.608,37
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		53.150,37	211.608,37

Handwritten signatures:
 Rogério Alvares G. G. T. da Silva
 Rui Carlos de Rosário
 Francisco Silva

Handwritten signature:
 Elis Maria Alves Ribeiro
 CC 75800

F3M - Information Systems, SA
 processado por computador

Handwritten signatures in blue ink:
Adm
Adm
e Cruz

Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro 2025

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Associação Comunitária Nossa Senhora dos Prazeres
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		438 818,08	447 172,23
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		30 880,16	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-240 432,66	-313 959,21
Pagamentos ao pessoal		-391 485,22	-402 085,81
Caixa gerada pelas operações		-162 219,64	-268 872,79
Outros recebimentos/pagamentos		160 878,34	363 532,26
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-40 824,36
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	19,01
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	36 436,35
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1 341,30	90 290,47
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	24 000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuizos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	17,33
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-73 813,25
Juros e gastos similares		0,00	-2 170,15
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	-15,27
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	-51 981,34
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		-1 341,30	38 309,13
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		12 076,92	-26 232,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período		26 502,25	12 076,92

A Direcção

O Responsável

Nazaré Alexandra C. G. Lopes
Almeida Rosário Américo
Manuelino Setor

Elisária Alves Ribeiro Cruz
 CC 75800

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador

1 Identificação da Entidade

A “Associação Comunitária Nossa Senhora dos Prazeres” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de pessoa coletiva, reconhecida como “IPSS” com a publicação em Diário da República n.º228, Série III, de 2 de outubro de 2003, com sede em Rua 25 de Abril, sem número, Vale de Açor. Tem como atividade principal o apoio social a pessoas idosas, para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Apoio às famílias e às pessoas idosas, através do seu Centro Interdisciplinar de Promoção da Autonomia, constituído pelas respostas sociais de: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas; Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Refeitório e outros;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência, de capacidade para o trabalho ou isolamento.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

Adad
Quering
Eduz

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

Adad
Adriano
Eluz

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;

c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e

d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	10-20
Equipamento básico	4-8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4-8
Outros Ativos fixos tangíveis	4-8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

*Adel
América
Eduardo*

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Ata da Assembleia
Elmiz

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;

- 
-
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

E/ou

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 Ativos fixos tangíveis

Bens do domínio público – Não se aplica

Bens do património histórico, artístico e cultural – Não se aplica

Handwritten signatures and initials:
 Head
 Oliveira
 Ecur

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2024					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	185 808,81					185 808,81
Edifícios e outras construções	493 846,85					493 846,85
Equipamento básico	24 026,62					24 026,62
Equipamento de transporte	48 312,54					48 312,54
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	3 079,00					3 079,00
Outros Ativos fixos tangíveis	27 979,65	2 938,47				30 918,12
Total	783 053,47	2 938,47	0,00	0,00	0,00	785 991,94
Depreciações Acumuladas	147 256,08					187 278,92
Total	635 797,39	0,00	0,00	0,00	0,00	599 020,52

Descrição	2024			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Depreciações Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	109 772,55	24 753,98	0,00	134 526,53
Equipamento básico	581,42	3 526,87	0,00	4 108,29
Equipamento de transporte	11 037,22	9 395,71	0,00	20 432,93
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	3 079,00	0,00	0,00	3 079,00
Outros Ativos fixos tangíveis	22 785,89	2 346,28	0,00	25 132,17
Total	147 256,08	40 022,84	0,00	187 278,92

	2025					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	185 808,81					185 808,81
Edifícios e outras construções	493 846,85					493 846,85
Equipamento básico	24 026,62	936.15				24 962,77
Equipamento de transporte	48 312,54	52 958,08				101 270,62
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	3 079,00					3 079,00
Outros Ativos fixos tangíveis	30 918,12					30 918,12
Total	785 991,94	53 894,23	0,00	0,00	0,00	839 886,17
Depreciações Acumuladas	187 278,92					240 416,76
Total	599 020,52	0,00	0,00	0,00	0,00	815 869,41

Handwritten signature and initials in blue ink.

Descrição	2025			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Depreciações Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	134 526,53	24 753,98	0,00	159 280,51
Equipamento básico	4 108,29	3 643,89	0,00	7 752,18
Equipamento de transporte	20 432,93	22 558,36	0,00	42 991,29
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	3 079,00	0,00	0,00	3 079,00
Outros Ativos fixos tangíveis	25 132,17	2 181,61	0,00	27 313,78
Total	187 278,92	53 137,84	0,00	240 416,76

Handwritten signature in blue ink.

Propriedades de Investimento – Não se aplica

5 Ativos intangíveis

Bens do domínio público – Não se aplica

Outros Ativos Intangíveis – Não se aplica

6 Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas Bancárias de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	964,00	0,00	964,00	964,00	0,00	964,00
Total	964,00	0,00	964,00	964,00	0,00	964,00

No ano de 2025, continua em dívida o valor de 964,00€, relativamente ao empréstimo cedido pelo Instituidor.

9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões- Não se aplica

Passivos contingentes – Não se aplica

Ativos contingentes – Não se aplica

10 Subsídios e outros apoios das entidade públicas

10.1 Subsídios ao Investimento

A 31 de dezembro de 2025, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios atribuídos”:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Aquisição Veículo Elétrico				
Instituto da Segurança Social, I.P. (PRR)	18 750,00	0,00	0,00	18 750,00
Município de Ponte de Sor	9 206,49	0,00	0,00	9 206,49
União de Freguesias de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor	230,62	0,00	0,00	230,62
Renovação Equipamentos – Cozinha				
Município de Ponte de Sor	3 087,16	0,00	0,00	3 087,16
União de Freguesias de Ponte de Sor	1 424,11	0,00	0,00	1 424,11
Renovação Equipamentos – Lavandaria				
Município de Ponte de Sor	15 935,98	0,00	0,00	15 935,98
Total	48 634,36	0,00	0,00	48 634,36

10.2 Subsídios à Exploração

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios das Entidades Públicas”:

Descrição	2025	2024
Instituto da Segurança Social	28 000,00	162 152,98
ISS PRR-RE-C03-i01-12-000469	28 000,00	162 152,98
Autarquias	59 618,62	31 242,71
Município de Ponte de Sor	59 618,62	24 900,21
Freguesia de Ponte de Sor, Tramaga e Vale de Açor	0,00	6 342,50
IEFP-Instituto de Emprego e Formação Profissional	5 270,12	12 069,29
Medida Estágios INICIAR	5 116,92	0,00
Medida Prémio ao Emprego ATIVAR.PT	0,00	912,00
Medida Contrato Emprego Inserção	0,00	0,00
Medida Compromisso Emprego Sustentável	153,20	11 157,29
Total	92 888,74	205 464,98

Em 2025, nos Subsídios atribuídos pelo Município de Ponte de Sor estão incluídos, o valor do Protocolo CAF/AAAF celebrado com a instituição, o valor da verba para aquisição da carrinha elétrica e apoio atribuído para o equilíbrio financeiro da Instituição.

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024				2025		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 977,09	94 623,39	0,00	2 232,39	101 989,37	78,32	1 945,65
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	2 977,09	94 623,39	0,00	2 232,39		0,00	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				95 368,67			102 197,79
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

8 Rendimentos e ganhos

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Vendas	11 010,33	8 797,17
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	421 956,63	420 667,12
Quotas e Joias	2 023,00	2 574,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos patrocinadores e colaboradores	0,00	0,00
Serviços Secundários	3 318,80	4 734,46
Comparticipações da Seg. Social	312 975,89	289 952,71
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Total	751 284,65	726 725,46

O valor das quotas de utilizadores corresponde às mensalidades dos utentes, enquanto os serviços secundários referem-se a serviços de limpeza e lavandaria para clientes externos.

A partir de 2024, os valores das participações da Segurança Social passaram a integrar a rubrica de prestações de serviços.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	446 901,51	415 036,70
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	1 700,00	1 260,43
Encargos sobre as Remunerações	91 053,08	84 519,94
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 681,02	7 201,61
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Saúde, higiene e segurança no trabalho	3 624,87	2 793,16
Outros gastos	665,20	574,40
Total	549 625,68	511 386,24

13 Agricultura

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, e em acordos prestacionais.

A prestação das contas é publicada no site da instituição: www.acnsp.pt.

15 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	2 607,94	2 607,94
Outros investimentos financeiros	0,00	0,00
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	2 607,94	2 607,94

10.3 Acordos de Cooperação

Paralelamente aos subsídios ao investimento e à exploração, a Instituição conta também com as Comparticipações do Instituto da Segurança Social que cofinanciam as valências de Centro de Dia, de Serviço de Apoio Domiciliário e da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

Descrição	2025	2024
Centro de Dia	23 271,54	29 142,89
Serviços de Apoio Domiciliário	96 164,22	92 843,06
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	193 540,13	167 966,76
Total	312 975,89	289 952,71

11 Instrumentos financeiros – Não se aplica

12 Benefícios dos empregados

Todos os Empregados desta Associação prestam os seus serviços a tempo completo, receberam todos os seus salários e ordenados até 31 de dezembro de 2025, as contribuições para a Segurança Social foram enviadas e pagas nos prazos respetivos permitidos por lei.

De acordo com a lei em vigor, todos os funcionários têm em dia a sua Apólice de Seguro de Acidentes de Trabalho.

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2025 e 2024, foram, respetivamente de cinco elementos em ambos os anos. Contudo, no ano de 2025, devido à demissão da Secretária, da Tesoureira e da primeira Vogal da Direção, procedeu-se às seguintes substituições, de acordo com os suplentes registados:

- Secretária, saída de Josefina Lucas substituída por Carla Couceiro;
- Tesoureira, saída de Telma Martins substituída por Almerinda Silva;
- Primeira Vogal da Direção, saída de Luísa Lopes substituída por Cecília Candeias.

Além destas, também a suplente Anabela Pimenta, apresentou a sua demissão. Nenhum dos elementos dos órgãos diretivos recebeu qualquer valor, nem como remuneração nem a qualquer outro título.

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 31/12/2025 foi de “30”, e em 31/12/2024 foi de “35”.

*Adm
Domingos*

Eduz

15.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	8,04	138,68
Depósitos à ordem	26 494,21	11 938,24
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	26 502,25	12 076,92

15.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	4 325,00	0,00	0,00	4 325,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-576 044,22	211 608,37	0,00	-364 435,85
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	845 617,09	0,00	0,00	845 617,09
Total	273 897,87	211 608,37	0,00	485 506,24
Resultado líquido do período	211 608,37			53 150,37

A Direção propõe que os Resultados Líquidos do exercício de 2025, no valor de 53 150,37€ sejam transferidos para Resultados Transitados para a cobertura dos prejuízos acumulados.

15.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	35 666,10	42 717,21
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	35 666,10	42 717,21

15.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 986,60	2 379,91
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	2 986,60	2 379,91

15.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

- Não se aplica

15.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	515,93	612,88
Utentes	3 132,32	2 806,44
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	23 567,73	26 774,77
Total	27 215,98	30 194,09

15.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	13 752,45	18 322,12
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	13 752,45	18 322,12

15.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	0,00	928,58
Fornecimentos e serviços externos	270,60	260,29
Total	270,60	1 188,87
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP – Apoios e incentivos	4 238,85	9 398,33
IGFSS – Fundo de Socorro Social	0,00	0,00
Total	4 238,85	9 398,33

15.6 Outros Ativos Financeiros – Não se aplica

Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	456,41	641,65
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	672,87	1 767,00
Segurança Social	31 975,99	48 423,95
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	33 105,27	50 832,60

topad
Amieiro
Eduz

15.11 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		978,77		4 272,02
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		11 821,96
Credores por acréscimo de gastos		60 941,28		61 313,50
Outros credores		-1 136,19		1 196,90
Total	0,00	61 920,05	0,00	78 604,38

15.12 Outros Passivos Financeiros – Não se aplica

15.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	92 888,74	205 464,98
Subsídios de outras entidades	1 238,00	817,33
Doações e heranças	21 971,45	33 857,40
Legados	0,00	0,00
Total	116 098,19	240 139,71

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

15.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	50 920,01	45 909,90
Materiais	10 589,76	29 061,28
Energia e fluidos	33 507,68	38 493,07
Deslocações, estadas e transportes	55,00	0,00
Serviços diversos	32 631,43	26 424,01
Total	127 703,88	139 888,26

Handwritten signatures and initials in blue ink.

15.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	14 667,00	26 466,40
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	155,66
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	22,87	19,01
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	10 338,32	13 570,46
Total	25 028,19	40 211,53

15.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	217,64	899,78
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	1 919,06	5 749,72
Total	2 136,70	6 649,50

15.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4 458,77	1 099,75
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	1 053,07
Total	4 458,77	2 152,82
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-4 458,77	-2 152,82

15.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho Fiscal a 21 de março de 2026.

Vale de Açor, 23 de março de 2026

O Contabilista Certificado

A Direcção

Elis Maria Alves Ribeiro Cruz
cc 75800

Wagner Alexandre G.G. Tapado
Alameda Rossio do Finistral Butelino
Silva

